

# Mulher e Mapuche: o novo rosto do Chile

Via [Viento Sur](#)

Em outubro de 2019, o Chile experimentou uma explosão social sem precedentes que trouxe milhões para as ruas. O movimento social que nasceu nessas manifestações não tinha um único programa, porta-vozes ou organização nacional. Entretanto, em todo o país, algumas coisas foram repetidas. Em primeiro lugar, não havia bandeiras de partidos. Não poderia ser de outra forma, já que o movimento refletia uma forte rejeição da institucionalidade política dos últimos 30 anos, expressa sobretudo num sentimento antipartidário. Em segundo lugar, havia uma abundância de ícones que faziam referência às marés feministas, incluindo o lenço verde, símbolo da luta pela descriminalização do aborto.

Finalmente, duas bandeiras desempenharam um papel de liderança nos protestos: a bandeira chilena em preto e branco, e a bandeira mapuche. Não surpreendentemente, muitos declararam que a explosão social havia geminado as exigências históricas do povo mapuche com a diversidade do descontentamento que afligia a sociedade chilena como um todo. Exigências ligadas a melhorias no sistema de pensões, educação e saúde, ou lutas feministas ou regionais encontraram na bandeira mapuche um símbolo poderoso da incapacidade da política de responder ao novo Chile que estava surgindo.

Em novembro de 2019, em uma tentativa de canalizar institucionalmente o descontentamento, um acordo transversal na política chilena concordou em iniciar um processo constituinte. Também foi decidido que isto estaria a cargo de uma convenção constitucional. Um órgão que, ao contrário do Congresso, teria regras de paridade de gênero, facilitaria a incorporação de candidatos independentes e, a propósito, teria

cotas reservadas para os povos indígenas. No domingo passado, 4 de julho, marcado pela pandemia que obrigou a manter protocolos de distância social e uso de máscaras, a Convenção foi formada. Em seu primeiro ato oficial, o conclave elegeu seu presidente. A pessoa eleita para o cargo foi a acadêmica Mapuche Elisa Loncon, que recebeu um grande número de votos de diferentes forças políticas. Na verdade, Loncon foi uma das que participaram da criação da bandeira Mapuche no início dos anos 90.

Como explica o historiador Fernando Pairrican, a bandeira Wenüfoye nasceu em um esforço coletivo em outubro de 1992, e desde o momento em que apareceu foi reprimida. O movimento Mapuche gerou este emblema como um símbolo de suas exigências de direitos fundamentais e autodeterminação. Os governos da Concertación da época enfrentaram as tentativas de recuperação de terras, as marchas civis e o Wenüfoye como uma ameaça terrorista, aplicando leis de emergência, como a Lei de Segurança Interna do Estado. Como explica o Pairrican: “O Wenüfoye representou um passo no processo de descolonização ideológica. Acompanhados por eles viria a reconstrução política da nação mapuche, que posicionou suas autoridades tradicionais como os motores do processo de Liberação Nacional”.

Segundo o censo de 2017, os povos nativos representam um segmento importante da população chilena, com 12,8% de auto-identificação como parte deste grupo (aproximadamente 2.185.792 pessoas). O que torna o relacionamento do Estado chileno com o povo mapuche, que conta com mais de 1.700.000 pessoas, particularmente complexo é que, ao contrário do que aconteceu com outros povos, seu domínio não foi na era colonial, mas sua conquista foi obra do Estado chileno independente. Estes últimos anexaram seus territórios na Wallmapu, em meados do século XIX. Da mesma forma, ao longo da história do Chile, pertencente a um povo nativo e, em particular, aos mapuches, tem sido associado a uma série de

marginalizações e exclusões.

Assim, enquanto na população não indígena, a pobreza multidimensional atinge 20,9%, na população indígena atinge 30,8%, de acordo com dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Além disso, as classes altas chilenas têm sido marcadas por sua ascendência predominantemente branca, enquanto indivíduos de descendência indígena se viram sistematicamente marginalizados das profissões mais prestigiosas e bem remuneradas. Isto se reflete no fato de que os sobrenomes mais frequentes entre médicos, advogados e engenheiros são de origem castelhana, basca, inglesa, francesa, italiana e alemã, e os nomes indígenas são raros ou marginais.

A história deste fenômeno de exclusão é longa e complexa. Como Pablo Marimán explica em seu artigo “Os Mapuche antes da conquista militar chileno-argentina” (2019), pelo menos parte desta diferença socioeconômica se explica por uma política deliberada de usurpação do território mapuche que tem sua origem na chamada “Comisión Radicadora de Indígenas” de 1883. Com isso, os 10 milhões de hectares de território mapuche reconhecidos pela Espanha foram reduzidos para apenas 536.000 hectares para 150.000 pessoas, deixando a grande maioria sem terra.

As terras mapuches são de fundamental importância para a subsistência econômica dessas pessoas, já que a agricultura tem sido tradicionalmente o eixo central de sua atividade produtiva. A esta usurpação histórica somou-se o desenvolvimento, nos últimos 30 anos, de uma indústria extrativista que empobreceu ainda mais a vida das comunidades. Este tem sido o caso das empresas florestais e de salmão que têm ocupado seus territórios e recursos marítimos. Dois marcos significativos neste processo foram a instalação da barragem Ralco em 1993, que inundou terras ancestrais Mapuche, e a queima de três caminhões pertencentes à empresa florestal Arauco em 1997. O histórico de abusos por parte do Estado e

das empresas desde aquela época é pontuado por eventos similares. A queixa contra as políticas dos últimos 30 anos, a marca da explosão de 2019, podia ser claramente vista no movimento Mapuche.

Estas marginalizações econômicas e culturais dos povos nativos são replicadas com notória profundidade na esfera política. Com o fim da ditadura de Augusto Pinochet em 1990, a democracia chilena não reverteu substancialmente a desigualdade política. A presença indígena no Congresso tem sido mínima e praticamente inexistente na primeira linha do poder executivo.

Neste sentido, a chegada de Loncon à presidência da Convenção Constitucional é um evento sem precedentes na história nacional. Com ela, uma voz que nunca tinha conseguido ter o pódio para si mesma é levantada. Mas, mais do que isso, é uma voz que pode refletir milhões no país, mesmo além das exigências dos Mapuche. O apoio transversal que ele tem despertado é notório. Além do que ele disse, sua presença incorpora a demanda pela presença desta voz. Assim, as pesquisas mostram que o Loncon atende ao perfil exigido pelos cidadãos. 91% afirmaram que estavam procurando um presidente sem militância política, 67% que ela não era de Santiago, 56% uma especialista/acadêmica (Loncon tem dois doutorados) e 47% que ela é uma mulher. Neste sentido, o referente Mapuche já se estabeleceu como uma figura política que pode falar com uma legitimidade que falta a grande parte da liderança chilena.

Por outro lado, o grande apoio que ela tem gerado é acompanhado de grandes expectativas e não será um desafio pequeno estar à altura delas. Um elemento que permite um certo otimismo em relação à árdua tarefa que ele terá em sua tarefa de liderar uma Convenção Constitucional extremamente pluralista é que ele demonstrou uma notória consciência do papel que lhe foi designado para desempenhar. Isto foi demonstrado em seu discurso inaugural quando foi eleita: “Hoje está sendo fundado um novo Chile plural e multilíngue, com

todas as culturas, com todos os povos, com as mulheres e com os territórios; este é nosso sonho para escrever uma Nova Constituição”. Além disso, em um gesto que sem dúvida lembra a explosão de 2019, ele dedicou seu triunfo a todo o povo do Chile, a todos os setores, regiões, povos e nações nativas, à diversidade sexual e às mulheres que marcharam contra todo sistema de dominação. Qualquer que seja o resultado da convenção, o novo Chile finalmente tem um rosto. E é uma mulher. E é também Mapuche.